

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	15
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	49

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	51
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	53
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	54

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	672.970.705
Preferenciais	0
Total	672.970.705
Em Tesouraria	
Ordinárias	210.448
Preferenciais	0
Total	210.448

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	16/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	11/02/2011	Ordinária		0,03923

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	23.096.161	22.979.256
1.01	Ativo Circulante	22.638.988	22.556.582
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.503.430	152.609
1.01.01.01	Recursos em bancos e em caixa	259.467	17.144
1.01.01.02	Depósitos bancários de curto prazo	1.243.963	135.465
1.01.03	Contas a Receber	21.130.289	22.399.208
1.01.03.01	Clientes	109.124	99.480
1.01.03.01.01	Aluguel de equipamentos	82.398	82.809
1.01.03.01.02	Transações com cartões de crédito e débito contestadas, a receber de estabelecimentos	22.348	15.232
1.01.03.01.03	Mastercard Brasil soluções de pagamento Ltda	9.115	7.829
1.01.03.01.04	Serviços prestados aos bancos emissores e parceiros	9.059	6.005
1.01.03.01.05	Outros serviços prestados a estabelecimentos	5.063	4.504
1.01.03.01.06	Provisão para impairment	-18.859	-16.899
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	21.021.165	22.299.728
1.01.03.02.01	Bancos emissores	21.021.165	22.299.728
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.693	1.708
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.576	3.057
1.01.08.03	Outros	3.576	3.057
1.01.08.03.01	Adiantamento a terceiros e funcionários	3.576	3.057
1.02	Ativo Não Circulante	457.173	422.674
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	78.693	74.985
1.02.01.06	Tributos Diferidos	64.471	60.693
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	64.471	60.693
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	14.222	14.292
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	14.222	14.292
1.02.03	Imobilizado	317.603	286.576
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	310.726	284.435
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	821.371	756.074
1.02.03.01.02	Depreciação	-510.645	-471.639
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	6.877	2.141
1.02.04	Intangível	60.877	61.113
1.02.04.01	Intangíveis	60.877	61.113
1.02.04.01.02	Intangíveis	81.563	78.972
1.02.04.01.03	Amortização	-20.686	-17.859

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	23.096.161	22.979.256
2.01	Passivo Circulante	21.387.542	21.553.170
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	30.870	45.519
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	30.870	45.519
2.01.01.02.01	Encargos sociais a pagar	2.818	2.899
2.01.01.02.02	FGTS a recolher	720	856
2.01.01.02.03	Contribuição sindical a recolher	206	3
2.01.01.02.04	Provisão para férias	13.334	14.044
2.01.01.02.05	Participação nos resultados	11.307	27.717
2.01.01.02.06	Provisão para 13 salário	2.485	0
2.01.02	Fornecedores	39.996	28.664
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	39.996	28.664
2.01.03	Obrigações Fiscais	160.370	176.363
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	160.370	176.363
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	137.257	143.273
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	20.730	30.201
2.01.03.01.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.383	2.889
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.588.755	967.362
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	2.588.755	967.362
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.588.755	967.362
2.01.05	Outras Obrigações	18.567.551	20.335.262
2.01.05.02	Outros	18.567.551	20.335.262
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	22.560
2.01.05.02.04	Contas a pagar a estabelecimentos	18.390.233	20.143.418
2.01.05.02.05	Valores a repassar as bandeiras	39.986	45.315
2.01.05.02.06	Valores a repassar aos bancos domiciliadores	20.057	22.153
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	117.275	101.816
2.02	Passivo Não Circulante	26.019	25.521
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	512	559
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	512	559
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	512	559
2.02.04	Provisões	25.507	24.962
2.02.04.02	Outras Provisões	25.507	24.962
2.02.04.02.04	Provisões para contingências	25.507	24.962
2.03	Patrimônio Líquido	1.682.600	1.400.565
2.03.01	Capital Social Realizado	568.261	568.261
2.03.04	Reservas de Lucros	847.136	832.304
2.03.04.01	Reserva Legal	84.061	69.998
2.03.04.02	Reserva Estatutária	150.900	150.900
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	612.788	612.788
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-5.587	-5.587
2.03.04.10	Ajustes de avaliação patrimonial - Plano de opção de ações	4.974	4.205
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	267.203	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	616.234	618.742
3.01.01	Crédito	317.120	306.033
3.01.02	Débito	105.852	92.264
3.01.03	Aluguel de Equipamentos	155.051	191.251
3.01.04	Outros	38.211	29.194
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-197.756	-137.702
3.02.01	Captura e processamento	-60.903	-46.653
3.02.02	Credenciamento e atendimento ao cliente	-97.338	-59.863
3.02.03	Depreciação e amortização	-39.515	-31.186
3.03	Resultado Bruto	418.478	481.040
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-140.601	-100.734
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-131.327	-96.954
3.04.02.01	Pessoal	-65.277	-43.344
3.04.02.02	Administrativas	-41.543	-31.748
3.04.02.03	Marketing	-12.707	-15.609
3.04.02.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-11.800	-6.253
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	62
3.04.04.03	Outras receitas	0	62
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9.274	-3.842
3.04.05.01	Incentivos Fiscais	-3.769	-3.592
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-2.318	-1.995
3.04.05.03	Parcerias com bancos domiciliadores	-4.301	0
3.04.05.05	Outras receitas	1.114	1.745
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	277.877	380.306
3.06	Resultado Financeiro	145.599	151.750
3.06.01	Receitas Financeiras	244.694	203.276
3.06.01.01	Antecipação de recebíveis	240.482	196.976
3.06.01.02	Juros sobre aplicação Financeira	4.212	2.619
3.06.01.03	Outras receitas financeiras	0	3.681
3.06.02	Despesas Financeiras	-99.095	-51.526
3.06.02.01	Descontos concedidos	-56.862	-47.672
3.06.02.02	Juros sobre empréstimos	-26.897	-3.854
3.06.02.03	Outras despesas financeiras	-15.336	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	423.476	532.056
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-142.210	-179.477
3.08.01	Corrente	-145.988	-176.635
3.08.02	Diferido	3.778	-2.842
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	281.266	352.579
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	281.266	352.579
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,41810	0,52420
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,41810	0,52420

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-148.642	63.354
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	492.777	565.437
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	423.476	532.056
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	41.834	33.181
6.01.01.03	Resultado na Venda do Imobilizado	0	-62
6.01.01.04	Plano de Opção de ações	769	337
6.01.01.05	Juros sobre Notas Promissórias	21.612	0
6.01.01.06	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	5.086	-75
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-489.415	-332.270
6.01.02.01	Contas a Receber de Bancos Emissores e Outras Contas a Receber	1.268.919	1.236.818
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	70	-471
6.01.02.03	Despesas Antecipadas e Adiantamentos	-504	107
6.01.02.04	Contas a Pagar Estabelecimentos	-1.753.185	-1.537.843
6.01.02.05	Valores a Repassar às Bandeiras	-5.329	-3.712
6.01.02.06	Valores a Repassar aos Bancos Domiciliadores	-2.096	0
6.01.02.07	Fornecedores	11.332	-8.782
6.01.02.08	Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	-14.649	-19.276
6.01.02.09	Outras Contas a Pagar	15.459	7.969
6.01.02.10	Tributos a Pagar	-9.977	-8.759
6.01.02.11	Provisões para Contingências	545	1.679
6.01.03	Outros	-152.004	-169.813
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	-152.004	-169.813
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-72.625	-37.084
6.02.02	Recursos Provenientes da Alienação de Investimentos	0	1.231
6.02.03	Aquisição de Imobilizado e Intangível	-72.625	-38.315
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.572.088	-26.556
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos	-5.591	0
6.03.02	Notas Promissórias	1.600.239	0
6.03.03	Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-22.560	-22.204
6.03.04	Ações em Tesouraria - Recompra	0	-9.728
6.03.05	Ações em Tesouraria - Venda	0	5.376
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.350.821	-286
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	152.609	131.088
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.503.430	130.802

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	568.261	0	832.304	0	0	1.400.565
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	568.261	0	832.304	0	0	1.400.565
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	769	0	0	769
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	769	0	0	769
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	267.203	0	267.203
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	267.203	0	267.203
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	14.063	0	0	14.063
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	14.063	0	0	14.063
5.07	Saldos Finais	568.261	0	847.136	267.203	0	1.682.600

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	473.551	0	245.536	0	0	719.087
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	473.551	0	245.536	0	0	719.087
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-4.015	0	0	-4.015
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	337	0	0	337
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	-9.728	0	0	-9.728
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	5.376	0	0	5.376
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	352.579	0	352.579
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	352.579	0	352.579
5.07	Saldos Finais	473.551	0	241.521	352.579	0	1.067.651

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	656.059	666.324
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	667.859	672.515
7.01.02	Outras Receitas	0	62
7.01.02.01	Alienação de Imobilizado e Investimento	0	62
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-11.800	-6.253
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-216.554	-154.293
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-158.241	-106.516
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-58.313	-47.777
7.03	Valor Adicionado Bruto	439.505	512.031
7.04	Retenções	-41.834	-33.181
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-41.834	-33.181
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	397.671	478.850
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	145.599	151.750
7.06.02	Receitas Financeiras	145.599	151.750
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	543.270	630.600
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	543.270	630.600
7.08.01	Pessoal	55.509	36.492
7.08.01.01	Remuneração Direta	39.551	29.069
7.08.01.02	Benefícios	13.031	4.840
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.927	2.583
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	203.812	239.661
7.08.02.01	Federais	197.820	234.971
7.08.02.03	Municipais	5.992	4.690
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.683	1.868
7.08.03.02	Aluguéis	2.683	1.868
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	281.266	352.579
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	281.266	352.579

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração e as Informações Trimestrais da Redecard S.A. relativas a 31 de março de 2011, de acordo com as regras contábeis aplicáveis, elaboradas em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do CPC, aprovados pela CVM, e com as normas internacionais de contabilidade (*"International Financial Reporting Standards"* – IFRS), emitidas pelo *"International Accounting Standard Board"* – IASB, as interpretações do Comitê de Pronunciamentos das Normas Internacionais de Contabilidade (*"International Financial Reporting Interpretations Committee"* – IFRIC), acompanhados do parecer dos Auditores Independentes.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia brasileira confirmou importante retomada do crescimento em 2010, ano que se encerrou com expansão do PIB de 7,5%. A demanda em vários setores ultrapassou a capacidade de oferta da economia, o que se traduziu em um salto das importações e pressões sobre os preços. Somando-se a isso a nova alta significativa dos preços de petróleo, alimentos e metais, há expectativas de maior inflação no início de 2011. Em resposta, o governo, para trazer a inflação de volta à meta de 4,5% já em 2012, tomou variadas medidas voltadas a desacelerar a demanda. As medidas resultaram em aumentos na taxa básica de juros, corte de gastos previstos no Orçamento Fiscal de 2011 e mudanças em regras "macroprudenciais", que reduziram o volume de recursos na economia.

As vendas do comércio varejista fecharam 2010 com alta taxa de crescimento (10,9%), embora desde o segundo trimestre de 2010 venham dando sinais de desaceleração - por efeito do encerramento de estímulos muito fortes (IPI reduzido para vários bens de consumo duráveis), do encarecimento dos alimentos (que comprime o orçamento das famílias de renda mais baixa) e das medidas oficiais de moderação da demanda (que abrangeram também a concessão de um reajuste mais modesto para o salário mínimo para 2011). Ainda assim, estima-se que neste primeiro trimestre de 2011 o volume de vendas do varejo tenha sido aproximadamente 8% maior do que no primeiro trimestre do ano anterior e a perspectiva é de crescimento de vendas superior a 5% em 2011.

No cenário internacional, a retomada do crescimento nos países desenvolvidos se consolidou nas primeiras semanas de 2011, a ponto de as autoridades monetárias desses países terem começado a reverter as medidas excepcionais adotadas para combater a crise financeira de 2007/2009 (taxas de juros próximas de zero e inédita injeção de liquidez nas instituições financeiras). Nas semanas finais do trimestre, aspectos geopolíticos tornaram o ambiente global mais incerto, embora a confiança no Brasil se mantenha: os analistas projetam, em média, expansão do PIB em 2011 da ordem de 4%.

PANORAMA SETORIAL

A indústria brasileira de meios de pagamentos continua a passar por uma importante mudança em seu ambiente concorrencial com a abertura da atividade de credenciamento, a partir do dia 1º de julho de 2010. Como resultado, verifica-se uma maior concorrência no setor, decorrente da entrada de novas credenciadoras e ampliação do portfólio das credenciadoras existentes.

De acordo com os dados preliminares da ABECS (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços), o setor movimentou R\$ 126,9 bilhões nesse 1T11. O volume financeiro de operações de crédito e débito cresceu 20,9%. A previsão de crescimento da ABECS para transações de crédito e débito para o ano 2011 está em 20%.

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 17 de fevereiro de 2011, a Companhia comunicou Fato Relevante sobre a substituição de seu diretor presidente. O Sr. Claudio Yamaguti assumiu a posição em 15 de abril de 2011 e o Sr. Roberto Medeiros deixou a Companhia nessa data, após um período de transição nos últimos dois meses. O Sr. Claudio Yamaguti é atualmente presidente da ABECs, possui ampla experiência no mercado de cartões no Brasil e na América Latina. Mais recentemente, era responsável pelo Banco Itaú Unibanco no Paraguai e por projetos de cartões na América Latina, além de vice presidente da Asociación de Bancos del Paraguay e da Bancard S.A., processadora de cartões e adquirência daquele país; aportará à Companhia sua experiência na atuação em mercados e países competitivos e abertos, buscando eficiência operacional e aperfeiçoamento de qualidade.

DESEMPENHO DA COMPANHIA

A Redecard começou 2011 com diversas iniciativas com foco no Cliente, orientadas à expansão geográfica, novos segmentos e inovação, como a mobilidade, por meio do aparelho celular como meio para pagamentos eletrônicos.

Além de ter consolidado o quadro de pessoal e seu posicionamento de marketing, a área comercial da Redecard continua estreitando relacionamento com seus Clientes através dos diversos canais, e expandindo o uso de meios de pagamento eletrônicos em novos segmentos em todas as regiões do país.

Neste contexto, a Companhia levará adiante a transição ao longo de 2011, para alcançar seu objetivo de evoluir no modelo de rede de serviços, agregar valor aos Clientes e, por fim, expandir sua base de estabelecimentos com maior eficiência operacional e controle de custos.

Em 30 de março, a Redecard concluiu a emissão de notas promissórias comerciais no valor de R\$ 2 bilhões, com vencimento em 300, 330 e 360 dias, remuneradas respectivamente a taxas de 104,78%, 104,93% e 105,07% da taxa de Depósitos Interbancários (DI). Os recursos oriundos dessa emissão foram utilizados para liquidação de Notas Promissórias emitidas no ano anterior e para utilização nas operações usuais da Companhia.

A Companhia conta atualmente com o portfólio mais completo do setor ao totalizar 25 bandeiras. Ser multibandeira é parte da estratégia da Redecard para gerar mais negócios aos seus Clientes. Neste trimestre, a Redecard realizou importantes parcerias com abrangência geográfica e foco regional:

- Cred-system - bandeira voltada às classes emergentes, não bancarizadas, com atuação nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.
- Calcard – administradora de cartões do Grupo Calcenter com atuação nos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Santa Catarina e Paraná.
- Banestes – bandeira Banescard – maior bandeira em operação no Estado do Espírito Santo.

RESULTADO OPERACIONAL

1º TRIMESTRE DE 2011

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Redecard capturou R\$ 51,6 bilhões em transações com cartões de crédito e débito no 1T11, representando um aumento de 29,8% sobre o registrado no mesmo período de 2010 e uma redução de 9,8% em relação ao 4T10, que é historicamente influenciado pelas fortes vendas de final de ano.

A Companhia apresentou um Lucro Líquido de R\$ 281,3 milhões no 1T11, representando uma redução de 20,2% em relação ao 1T10 . A margem Líquida foi de 45.6% no 1T11 comparada a 57.0% no 1T10.

A Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 616,2 milhões, representando uma redução de 0,4% sobre o mesmo trimestre do ano anterior.

Os custos totais dos serviços prestados totalizaram R\$ 197.8 milhões no 1T11 e apresentaram um aumento de R\$ 60,0 milhões ou 43,6% em relação ao 1T10, decorrente de (i) maior número de transações de crédito e débito, maior quantidade de equipamentos instalados e maior número em atendimentos telefônicos; (ii) Estratégia de Serviços aos Clientes, tais como melhorias em call center e em manutenção de estabelecimentos; e (iii) Novas Iniciativas, como a captura da bandeira Visa e de novos credenciamentos.

As Despesas Operacionais totalizaram R\$ 140.6 milhões no 1T11 e apresentaram um aumento de R\$ 39.8 milhões ou 39.5% em relação ao 1T10, decorrente de (i) principalmente pelo aumento do quadro de funcionários para atender à demanda gerada pelo crescimento da base de estabelecimentos e do volume de transações de crédito e débito; (ii) Estratégia de Serviços aos Clientes, em especial, no reforço de equipe de apoio às áreas comerciais; e (iii) por Novas Iniciativas, principalmente por incentivos ao credenciamento.

SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

INSTITUTO REDECARD

Para reforçar o seu compromisso com a sustentabilidade, a Redecard iniciou em 2010 as atividades do Instituto Redecard, associação sem fins lucrativos, voltado à promoção da educação para o empreendedorismo. Sua missão é contribuir para uma crescente competitividade e eficiência dos empreendedores de negócios do Brasil.

Em 2010, o Instituto articulou e desenvolveu dois programas de capacitação: o Empreendedorismo Social e o Empreendimento Sustentável, que terão continuidade em 2011. Também montou um grupo de trabalho em parceria com a Mastercard e o SEBRAE Nacional voltado ao estudo e à apresentação de soluções adequadas em meios de pagamento aos micro e pequenos empreendedores.

Neste primeiro trimestre de 2011, em parceria com o Instituto GESC, a Artemisia e a GS1, o Instituto Redecard iniciou a terceira turma do curso Empreendedorismo Social, com 10 ONGs e 18 gestores sociais. O objetivo foi capacitar responsáveis por ONGs e cooperativas em gestão de projetos, com enfoque na captação de recursos. O Instituto ainda formou duas turmas no curso Empreendedorismo Sustentável, com conteúdo e metodologia desenvolvidos pela SEI Consultoria e pela Artemisia. Essa iniciativa procurou capacitar pequenos e médios empresários, clientes ou não da Redecard, que buscavam um diferencial competitivo para o seu negócio. Uma turma foi em São Paulo e a outra em Salvador, que contou com o apoio da Câmara dos Lojistas local. Os programas do Empreendimento Sustentável serão

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

levados a outras capitais do Brasil, de acordo com as estratégias de relacionamento com clientes da Redecard. Por fim, ainda neste trimestre, o Instituto fez o lançamento de seu portal, que servirá como ferramenta de disseminação de conteúdo, fortalecimento dos relacionamentos e divulgação dos programas do Instituto. O endereço para acesso é www.institutoredecad.org.br.

PROJETOS SOCIAIS

Adicionalmente, a Companhia investiu R\$ 630 mil em projetos sociais incentivados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Entre as associações que contaram com o apoio da Companhia, destacam-se a Associação de Assistência a Criança Deficiente (AACD) e o Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (GRAAC).

INCENTIVOS CULTURAL E ESPORTIVO

A Redecard valoriza as manifestações culturais. No primeiro trimestre de 2011, a Companhia investiu R\$ 2,5 milhões por meio de leis de incentivo ao desenvolvimento da cultura. Grande parte desses investimentos foi realizada em projetos que valorizam a música e as suas mais variadas manifestações, com destaque aos projetos “Verão do Morro”, “Verão do Rio”, ambos eventos de música realizados no Rio de Janeiro, e “Música no Aeroporto” realizado nos aeroportos de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, com apresentações de música instrumental.

Além disso, o esporte também recebeu investimentos da Redecard através da lei de incentivo ao esporte (Lei do Desporto Amador), num total de R\$ 660 mil, com destaque aos projetos “Travessia dos Fortes 2011” e “Futevôlei 4x4”, campeonato mundial da modalidade, ambos realizados nas praias do Rio de Janeiro durante o período do verão, e a Descida das Escadarias de Santos, realizado em Santos - SP.

SERVIÇOS PRESTADOS PELA AUDITORIA INDEPENDENTE

Durante o 1T11 a Companhia contratou os serviços de auditoria independente da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes. A Companhia adota como política atender à regulamentação que define as restrições de serviços a serem prestados pelos auditores independentes à mesma companhia aberta.

No trimestre findo em 31 de março de 2011, os auditores independentes e as partes a eles relacionadas não prestaram outros serviços além dos relacionados à auditoria externa.

CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBovespa, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as informações trimestrais relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2011.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

AGRADECIMENTOS

Iniciamos o ano de 2011 confiantes e agradecemos o empenho de nossos funcionários e a preferência dos nossos clientes e acionistas pelos resultados alcançados neste 1T11.

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A REDECARD S.A. (Companhia), empresa controlada pelo Itau Unibanco Holding S.A., possui sede na Avenida Marcos Penteados de Ulhoa Rodrigues nº 939, loja 1 – 12º ao 14º andar, Tamboré, município de Barueri no Estado de São Paulo. Iniciou suas operações em 1º de novembro de 1996, registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 11 de julho de 2007, tendo como objeto principal a operação de aquisição das transações com os cartões de crédito das bandeiras MasterCard®, MasterCard Electronic® e Diners Club International®, e com os cartões de débito das bandeiras MasterCard Maestro® e Redeshop. A partir de 1º de julho de 2010, a Redecard, passou a atuar como um membro Visa e iniciou a captura dessa bandeira na modalidade de débito e crédito. Em 12 de maio de 2010, a Redecard fechou acordo operacional com o Hipercard Banco Múltiplo S.A., e em 08 de setembro de 2010, passou a capturar a bandeira Hipercard. Atualmente, a Redecard possui em seu portfólio 15 bandeiras de cartões de crédito e débito e 10 de cartões de benefícios (*vouchers*).

Com o objetivo de manter-se como uma das líderes da indústria, a Redecard firmou parcerias com a Caixa Econômica Federal, Banco Triângulo S.A., Banco Cooperativo do Brasil S.A., Banco Safra S.A., Sorocred Meios de Pagamentos Ltda. e Sicredi – Sistema de Crédito Cooperativo, unindo esforços, competências, recursos e *know-how*, para o desenvolvimento e adequação de modelo de negócio que consiste em crescimento e manutenção da base de estabelecimentos credenciados ao sistema Redecard.

O modelo de negócio de aquisição da Redecard compreende o credenciamento de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços para aceitação de cartões de pagamento, bem como a captura, o processamento e liquidação financeira das transações com os cartões de crédito e de débito das bandeiras mencionadas.

Além de processar as operações de crédito e débito, a Redecard oferece uma variedade de produtos e serviços a seus clientes. Entre eles estão o serviço de consulta de cheques e a captura e transmissão de transações com cartões de benefícios (*voucher*) ou de lojas (*private label*). A Redecard oferece também a possibilidade do Recebimento Antecipado de Vendas (RAV) para os estabelecimentos.

As operações da Redecard incluem os seguintes tipos de serviços:

- a. Cartões de crédito e débito: captura, transmissão, processamento e liquidação de transações comerciais e financeiras dos cartões com as bandeiras mencionadas. Pela prestação desses serviços, a Redecard cobra dos estabelecimentos uma taxa de desconto, que tem por objetivo: (i) remunerar o emissor dos cartões de crédito e débito e bandeira mediante repasse de uma taxa denominada taxa de intercâmbio; e ii) remunerar os serviços prestados pela Redecard.
- b. Pré-pagamento das transações com cartões de crédito mediante solicitações dos estabelecimentos e somente sobre as transações já capturadas e processadas.
- c. Locação dos equipamentos *Point of Sale* (POS, POO, Pin Pad e celulares), de propriedade da Redecard e utilizados pelos estabelecimentos para a captura eletrônica das suas transações.
- d. Serviços prestados para empresas parceiras mediante captura, roteamento e transmissão de transações realizadas com cartões de benefício (*voucher*), tais como alimentação, refeição, combustível, entre outros, além dos cartões *private label*. As receitas da Redecard são constituídas de tarifas cobradas de emissores dos cartões de benefícios e dos cartões *private label*.
- e. Prestação de serviço aos estabelecimentos de consultas de cheques recebidos dos seus clientes utilizando-se dos equipamentos alugados da Companhia. A receita da Redecard é constituída de tarifas cobradas diretamente dos estabelecimentos.

A emissão destas informações trimestrais da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 27 de abril de 2011.

2. Resumo das principais políticas contábeis

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo.

2.1 Base de preparação

As informações trimestrais foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As informações trimestrais também foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board*.

A preparação de informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para a elaboração das informações trimestrais, estão divulgadas na nota 3.

2.2 Apresentação de informação por segmento

As informações por segmento operacional são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional é a diretoria executiva.

2.3 Conversão em moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

b. Transações e saldos

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento das ITR's e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado. Basicamente, esses saldos são originados em transações realizadas nos estabelecimentos com cartões de crédito e de débito emitidos por instituições no exterior, licenciadas pelas bandeiras.

2.4 Ativos e passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como empréstimos e recebíveis, representados por contas a receber de bancos emissores, outras contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no reconhecimento inicial.

Outros passivos financeiros, representados principalmente por contas a pagar a estabelecimentos e empréstimos e financiamentos, não são classificados ao valor justo por meio do resultado, uma vez que não são assim designados ou mantidos para negociação.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Redecard S.A. **Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e contas garantidas.

b. Contas a receber de bancos emissores e contas a pagar a estabelecimentos

Contas a receber de bancos emissores e contas a pagar a estabelecimentos são ativos e passivos financeiros respectivamente, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativos e passivos circulantes, com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data de emissão do balanço.

Esses montantes referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito emitidos por instituições financeiras licenciadas pelas bandeiras MasterCard, Visa, Diners Club International e outras.

O saldo de contas a receber de bancos emissores está líquido das taxas de intercâmbio cobradas pelos próprios bancos emissores. O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está deduzido, além das taxas de intercâmbio, das taxas cobradas pela Companhia e pelas bandeiras.

c. Outras contas a receber

Referem-se, basicamente, a: (i) valores a receber de clientes parceiros pelos serviços prestados mediante captura, roteamento e transmissão de transações realizadas com cartões de benefício (*voucher*), tais como alimentação, refeição, combustível, entre outros, além dos cartões *private label*, normalmente emitidos por sociedades financeiras; (ii) valores a receber dos estabelecimentos credenciados referentes a: a) locação dos equipamentos de captura eletrônica de transações; b) transações com cartão de crédito e de débito contestadas pelos emissores; e c) pela prestação de serviços de consultas de cheques por meio dos equipamentos alugados pela Companhia.

d. Empréstimos, financiamentos e notas promissórias

Estão demonstrados pelos valores liberados pelas instituições financeiras acrescidos dos encargos contratuais.

e. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Empréstimos e recebíveis são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, com o método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para devedores duvidosos (*impairment*), conforme aplicável. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido significativamente transferidos, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

Contas a pagar a estabelecimentos são inicialmente reconhecidas a valor justo e subsequentemente mensurados a custo amortizado.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, acrescidos dos encargos contratuais. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

f. Impairment de ativos financeiros

Redecard S.A. **Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Inatividade ou desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

(i) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;

(ii) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

2.5 Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos, incluindo, principalmente, contratos de manutenção de software, gastos com campanhas de marketing, contemplando anúncios em mídia impressa e eletrônica.

2.6 Imobilizado

O ativo imobilizado está apresentado pelo custo de aquisição deduzida a depreciação. O custo de aquisição inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

A depreciação está calculada e contabilizada pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a expectativa de vida útil dos bens. Os gastos decorrentes da reposição de um componente de um item do imobilizado são capitalizados somente quando representam alterações na vida útil, enquanto os demais gastos dessa natureza são registrados diretamente no resultado. A obsolescência tecnológica é o principal fator para a determinação da vida útil.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas" na demonstração do resultado.

2.7 Intangíveis

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Redecard S.A. **Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.9 Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594 de 15 de setembro de 2009.

Tais valores decorrem de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e pela própria Companhia, mediante ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e por advogados internos e são quantificadas por meio de modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. As contingências são classificadas entre: (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação.

2.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social, do período corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para a CSLL. A provisão desses tributos está apresentada na rubrica "Imposto de renda e contribuição social a recolher". Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com o art.1º da Instrução CVM nº 371 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, sendo apresentadas na rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos". As informações do período encerrado em 31 de março 2011 foram elaboradas considerando as regras do Regime Tributário de Transição – RTT.

2.11 Benefícios a empregados – obrigações de aposentadoria

A Companhia responde por 100% do custo do plano de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de benefício definido (Plano de Aposentadoria). Adicionalmente, participa com 50% das contribuições feitas pelos empregados que optarem pelo plano de benefícios previdenciários na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria Suplementar).

A Companhia reestruturou o benefício de previdência complementar oferecido aos seus empregados e implantou um novo Plano de Previdência, na modalidade de contribuição definida.

Redecard S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Plano de Previdência Redecard foi implantado em janeiro de 2011 na modalidade Contribuição Definida – CD. Este plano permite que o funcionário contribua mensalmente com um percentual definido, a ser descontado de sua remuneração mensal e, adicionalmente, a empresa participa com 100% da opção escolhida pelos empregados, contabilizada no resultado pelo regime de competência no grupo “despesas com pessoal”.

2.12 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme o capítulo VI, art. 29, letra b do Estatuto Social, os dividendos estatutários mínimos obrigatórios correspondem a 40% (quarenta por cento) do lucro líquido do exercício, na forma prevista pelo art. 202, da Lei de Sociedades por Ações.

Os juros sobre capital próprio (JCP) pagos ou creditados aos acionistas, para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, são classificados diretamente à conta de Lucros Acumulados, rubrica “Juros sobre capital próprio” e o benefício fiscal reconhecido no resultado do exercício.

2.13 Apuração do resultado

Receita operacional

É calculada pelo valor justo da compensação recebido ou a receber, apurada conforme o regime de competência e apresentada líquida dos impostos incidentes sobre os serviços, dos cancelamentos e abatimentos, de acordo com o CPC 30 e deliberação CVM nº 597. As receitas estão assim apresentadas:

a. Receitas decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento das transações com cartões de pagamentos

- Transações com cartões de crédito e cartões de débito:

Decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e cartões de débito e são apropriadas ao resultado da Companhia, líquidas das taxas repassadas aos bancos emissores e às bandeiras, na data da captura e processamento das transações.

- Outros serviços de processamento:

Decorrentes dos serviços prestados para as empresas parceiras mediante captura, roteamento e transmissão de transações realizadas com cartões de benefícios (*voucher*), tais como alimentação, refeição, entre outros, além dos cartões *private label*. Também, são registrados nessa rubrica “Outros”, tais como a consulta de cheques recebidos dos seus clientes, utilizando-se dos equipamentos alugados da Companhia. Essas receitas são constituídas de tarifas cobradas e são reconhecidas no resultado na data da captura e processamento .

b. Receita de aluguel de equipamentos de captura

A Companhia recebe de sua rede de estabelecimentos credenciados aluguel pela disponibilização de equipamentos de captura. A receita por aluguel é reconhecida no resultado no mês de referência do aluguel.

Custo dos serviços prestados

Redecard S.A. **Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os custos dos serviços prestados são reconhecidos de acordo com o regime de competência. Os principais são relativos a: (i) rede de captura de transações e com as operadoras de telefonia; (ii) processamento de dados; (iii) serviços de atendimento telefônico aos estabelecimentos credenciados; (iv) manutenção dos equipamentos POS, POO e Pin Pad; (v) materiais utilizados pelos estabelecimentos na captura de transações; e (vi) credenciamento de novos estabelecimentos.

Receitas financeiras

As receitas financeiras referem-se a: (i) resultado apurado com pré-pagamento aos estabelecimentos credenciados, representado pela diferença entre o valor original devido aos estabelecimentos e o valor pré-pago, sendo reconhecidas no ato da liquidação financeira; e (ii) rendimentos sobre aplicações financeiras.

2.14 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1o de janeiro de 2011, ou após essa data, conforme demonstrado a seguir:

IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009. Esta norma é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 introduz novas exigência para classificar e mensurar os ativos financeiros. A norma não é aplicável até 1o de janeiro de 2013, mas está disponível para adoção prévia. Não houve adoção antecipada da respectiva norma por parte da Companhia.

3. Estimativas e premissas contábeis

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro, as quais podem diferir dos casos reais, quando incorridos.

a. Provisão para *impairment* de outras contas a receber

A provisão para *impairment* de créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas análises de riscos de realização dos créditos a receber, inadimplência e inatividade de estabelecimentos, e está demonstrada em montantes considerados suficientes para cobertura de eventuais perdas. Inadimplência e inatividade definida para compor o valor em risco contemplam os valores vencidos há mais de 60 dias.

b. Reconhecimento das provisões das parcerias com bancos domiciliadores

A Companhia firmou contratos de parcerias com diversos bancos com o objetivo de unir esforços, competências, recursos e *know-how*, para o desenvolvimento do novo modelo de negócio, que consiste em crescimento e manutenção da base de estabelecimentos credenciados ao Sistema Redecard. A remuneração é constituída com base em cumprimento de metas de faturamento com transações de cartões de pagamentos nos estabelecimentos que mantém domicílio bancário junto ao banco parceiro.

c. Participação nos lucros

Redecard S.A. **Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A provisão que contempla o programa de participação dos empregados nos resultados é contabilizada conforme o regime de competência, de acordo com a política de remuneração da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada.

d. Benefícios de planos de pensão

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em avaliação de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As tábuas de mortalidade (AT-2000) são utilizadas nas avaliações periódicas dos planos de previdência para projetar a evolução da população ao longo do tempo. A construção de tábuas de mortalidade, por sua vez, costuma ter por base a experiência de grandes grupos ao longo de um período razoável, usualmente em torno de 5 anos.

e. Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos planos de remuneração com base em opções de compra de ações. Os planos de remuneração reconhecem essa remuneração como contraprestação dos serviços prestados por esses executivos e há carência de um ano até o primeiro exercício. A deliberação CVM nº 562 aprovou e tornou obrigatório o CPC 10 – “Pagamentos baseados em Ações”, que trata dos procedimentos para reconhecimento e divulgação das transações com pagamentos baseados em ações.

f. Ajuste a valor presente

A deliberação da CVM nº 564 aprovou e tornou obrigatório o Pronunciamento Técnico CPC 12 – “Ajuste a Valor Presente”, que trata de ajuste a valor presente dos valores realizáveis e exigíveis a longo prazo e no curto prazo, se relevantes. Para o trimestre encerrado em 31 de março de 2011, a Companhia registrou o efeito deste ajuste em suas “contas a receber de bancos emissores” e “contas a pagar a estabelecimentos” em contrapartida às despesas financeiras.

4. Gestão de risco financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas contabilmente.

A gestão de risco é realizada pela diretoria de finanças, apoiada nas políticas da Companhia. Conta com um grupo de gerenciamento de riscos financeiros que toma decisões de forma colegiada. O Grupo de Avaliação e Acompanhamento de Ativos e Passivos Financeiros é responsável por acompanhar e avaliar as eventuais exposições a riscos cambiais, taxa de juros e liquidez. O colegiado é formado pelo diretor de finanças, diretores não estatutários e gerentes das áreas de tesouraria e de controladoria da Companhia.

De acordo com Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar previamente os limites para contratações de operações financeiras, incluindo instrumentos financeiros derivativos. A Companhia não manteve durante o trimestre findo em 31 de março de 2011 quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos, sejam especulativos ou para fins de proteção (*hedge*).

a. Risco de mercado

Redecard S.A. **Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos tomados indexados à variação da taxa de juros para os Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI). A exposição sobre os instrumentos financeiros sujeitos a taxas de juros em 31 de março de 2011, resume-se aos contratos de capital de giro mantidos com instituições financeiras no Brasil, no montante de R\$ 190,6 milhões (31 de dezembro de 2010: R\$191,2 milhões), pelo prazo médio de até 288 dias corridos, e Notas Promissórias emitidas em 28 de abril de 2010 e 30 de março de 2011 com posição total de R\$ 2,4 bilhões e vencimentos em abril de 2011 e janeiro, fevereiro e março de 2012. A taxa média ponderada das captações representa em 31 de março de 2011 aproximadamente 105,4% do CDI (31 de dezembro de 2010: 103,35% do CDI).

Nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, segundo avaliação efetuada pela Administração e considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações trimestrais, não foram identificados impactos materiais sobre os instrumentos financeiros sujeitos às variações em taxas de juros CDI, resultantes de análise de sensibilidade com base nos cenários estabelecidos por aquela instrução.

Risco cambial

A Companhia não está direta e significativamente exposta ao risco cambial, pois todos os seus empréstimos e financiamentos são denominados em reais. Há risco cambial não relevante sobre as transações com cartões de crédito emitidos no exterior e capturadas nos estabelecimentos credenciados no país. Os portadores efetuam compras no Brasil e essas são direcionadas para os bancos emissores no exterior, por intermédio das respectivas bandeiras.

Quando da obtenção da autorização, os sistemas das bandeiras fazem a conversão do valor da transação em reais para o dólar, utilizando um referencial de conversão baseado na taxa média de todos os negócios com dólares realizados naquela data no mercado interbancário de câmbio (PTAX) do dia anterior ao da realização da transação. A Companhia recebe o valor em dólar, em uma conta corrente bancária no exterior, no segundo dia útil da data da transação.

Diariamente, a Companhia faz a venda do dólar que está disponível na sua conta corrente bancária no exterior. Portanto, a exposição ao risco cambial é de dois dias sobre o valor dessas transações.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2011, o valor das transações realizadas com cartões de crédito emitidos no exterior representou 0,7% (31 de dezembro de 2010: 0,8%) do valor total das transações realizadas com cartões de crédito capturadas pela Companhia.

b. Risco de liquidez e gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas.

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme descrito na nota 1.b, a Companhia tem por prática realizar o pré-pagamento das transações com cartões de crédito, mediante solicitação dos estabelecimentos e com a aplicação de uma taxa de desconto sobre os respectivos fluxos futuros de pagamentos. Essas operações geram intrinsecamente descasamentos de curto prazo entre o contas a pagar a estabelecimentos e o contas a receber de bancos emissores.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional e estrangeira, são elaboradas projeções diárias dos principais componentes do ativo e passivo da Companhia, além do capital próprio, sendo monitoradas diariamente pela tesouraria, minimizando quaisquer descasamentos futuros de caixa na Companhia.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros da Companhia, que são utilizados nas estratégias da tesouraria por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa conforme contratados e atualizados até a data.

	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos
<hr/>			
Em 31 de março de 2011			
Empréstimos	189.971		
Financiamentos	196	192	320
Notas Promissórias	2.398.588		
<hr/>			
Em 31 de dezembro de 2010			
Empréstimos	190.432		
Financiamentos	193	192	367
Notas Promissórias	776.737		
<hr/>			

Os demais passivos financeiros (nota 5), possuem prazos de vencimento de até um ano e estão apresentados no balanço patrimonial por valores que aproximam-se dos respectivos montantes contratuais.

Adicionalmente, a Companhia se utiliza das antecipações do saldo de contas a receber com os respectivos bancos emissores, a fim de recompor o seu caixa na gestão diária de liquidez.

c. Risco de crédito

Risco de crédito dos emissores

Redecard S.A. **Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O saldo de contas a receber de bancos emissores representa os valores das transações efetuadas por portadores de cartões de crédito emitidos pelas instituições financeiras licenciadas pelas bandeiras e são garantidos por elas ou por fianças bancárias em volume condizente com o risco estimado, em caso de inadimplência. Essas garantias estão estipuladas nos regulamentos emitidos pelos sistemas de bandeiras ou em acordos locais assinados com as bandeiras. O saldo de contas a receber de emissores em 31 de março de 2011 é de R\$ 21,0 bilhões (31 de dezembro de 2010: R\$ 22,3 bilhões).

Risco de crédito dos estabelecimentos

A Companhia, além de seguir as regras das bandeiras para credenciamento, tem política específica definindo as diretrizes e os procedimentos de análise de risco para o processo de credenciamento e manutenção de estabelecimentos. Nesse processo estão envolvidos os riscos relacionados a fraudes e problemas de *performance* por parte dos estabelecimentos (venda sem entrega dos bens e serviços). O valor total de contas a pagar a estabelecimentos em 31 de março de 2011 é de R\$ 18,4 bilhões (31 de dezembro de 2010: R\$ 20,1 bilhões).

Risco de crédito de bancos para investimentos

A Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha, mensurados por agências de risco internacionalmente reconhecidas, e não manter investimentos concentrados em um único grupo econômico. Em 31 de março, as aplicações financeiras com liquidez diária e atreladas à variação do CDI representam R\$ 1,2 bilhões (nota 5.1) (31 de dezembro de 2010: R\$ 135,5 milhões).

Risco operacional

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

Os planos para contingência estão formalizados pela Administração, visando permitir à Redecard recuperar seus níveis de operação em caso de manifestações de riscos operacionais, tais como, interrupções no fornecimento de energia ou nos sistemas de telecomunicações da rede de captura e processamento da Companhia.

Em 2010, a Companhia obteve a recertificação internacional PCI DSS (*Payment Card Industry Data Security Standard Council*), que credencia a Redecard como empresa de adquirência que atende, em sua plenitude, às regras de segurança da informação estabelecidas pelas bandeiras e implantou medidas adicionais para a proteção das transações e informações corporativas.

Redecard S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Instrumentos financeiros por categoria

Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	31.03.2011	31.12.2010
<hr/>		
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de bancos emissores	21.021.164	22.299.728
Outras contas a receber	109.124	99.480
Caixa e equivalentes de caixa	1.503.430	152.609
Outros passivos financeiros		
Contas a pagar a estabelecimentos	18.390.233	20.143.418
Valores a repassar às bandeiras	39.986	45.315
Valores a repassar aos bancos domiciliadores	20.057	22.153
Fornecedores	39.996	28.664
Empréstimos e financiamentos	190.679	191.184
Notas promissórias	2.398.588	776.737
Outras contas a pagar	117.275	101.816

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	31.03.2011	31.12.2010
<hr/>		
Recursos em bancos e em caixa	259.467	17.144
Depósitos bancários de curto prazo	<u>1.243.963</u>	<u>135.465</u>
Total	1.503.430	152.609

São representados, substancialmente, por certificados de depósitos bancários (CDBs) efetuados junto às instituições financeiras, com liquidez diária e atualizados com base na variação do CDI.

5.2. Contas a receber de bancos emissores e demais contas a receber

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a. Contas a receber de bancos emissores

	31.03.2011	31.12.2010
Bancos emissores - partes relacionadas	8.195.792	9.181.603
Outros bancos emissores	<u>12.825.373</u>	<u>13.118.125</u>
Total	21.021.165	22.299.728

Em 31 de março de 2011, as contas a receber de bancos emissores no valor de R\$ 21,0 bilhões (31 de dezembro de 2010: R\$ 22,3 bilhões) não estão sujeitas a avaliação de *impairment* (Nota 4.c).

b. Outras contas a receber

	31.03.2011	31.12.2010
Aluguel de equipamentos	82.398	82.809
Transações com cartões de crédito e débito contestadas, a receber de estabelecimentos	22.348	15.232
MasterCard Brasil soluções de pagamentos Ltda.	9.115	7.829
Serviços prestados aos bancos emissores e parceiros	9.059	6.005
Outros serviços prestados a estabelecimentos	5.063	4.504
Provisão para <i>impairment</i>	(18.859)	(16.899)
Outras contas a receber, líquidas	109.124	99.480

c. Movimentações na provisão para *impairment*

	31.03.2011	31.03.2010
Em 31 de dezembro	(16.899)	(15.081)
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(11.800)	(6.253)
Contas a receber de estabelecimentos, baixadas durante o exercício como incobráveis	9.840	4.860
Em 31 de março	(18.859)	(16.474)

Redecard S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A constituição e a baixa da provisão para outras contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como “provisão para créditos de liquidação duvidosa”. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Não houve renegociação de créditos durante os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 31 de março de 2010.

Em 31 de março de 2011, o valor de R\$ 109,1 milhões (31 de março de 2010: R\$ 102,1 milhões), registrado como outras contas a receber, encontra-se em processo de cobrança. Em 31 de março de 2011, o montante *impaired* e provisionados é de R\$ 18,9 milhões (31 de março de 2010: R\$ 16,5 milhões). Os valores individualmente *impaired* referem-se a estabelecimentos com atraso nos pagamentos há mais de 60 dias.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação destas demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima, não sendo mantido nenhum título como garantia.

d. Valor justo

Os valores justos das contas a receber de bancos emissores, outras contas a receber e contas a pagar a estabelecimentos, aproximam-se do custo amortizado de tais instrumentos devido à sua realização ser de curto prazo.

5.3 Contas a pagar a estabelecimentos

Nesta rubrica estão registrados os valores devidos aos estabelecimentos, referentes às transações com cartões de crédito, deduzidos as taxas cobradas pelos bancos emissores, pela Companhia e pelas bandeiras. Em 31 de março de 2011 o montante é de R\$ 18,4 bilhões (31 de dezembro de 2010: R\$ 20,1 bilhões).

5.4 Valores a repassar às bandeiras

	31.03.2011	31.12.2010
MasterCard Brasil	29.752	34.829
Visa International	10.234	10.486
Total	39.986	45.315

Os montantes registrados nesta rubrica referem-se a valores a repassar às bandeiras, calculados através de um percentual sobre as transações com cartões de crédito e cartões de débito da respectiva bandeira.

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.5 Valores a repassar aos bancos domiciliadores

Os valores registrados nesta rubrica referem-se a parcerias com bancos, nos quais os estabelecimentos credenciados ao Sistema Redecard, mantém domicílio bancário. A remuneração é constituída através de um percentual sobre metas de faturamento com cartões de pagamentos.

5.6 Empréstimos, financiamentos e notas promissórias

	31.03.2011	31.12.2010
<hr/>		
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	190.167	190.625
Notas promissórias	2.398.588	776.737
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	512	559
<hr/>		
Total	2.589.267	967.921
<hr/>		

6. Despesas antecipadas

	31.03.2011	31.12.2010
<hr/>		
Plano de mídia e marketing	368	-
Manutenções de softwares	1.168	1.332
Outros	157	376
<hr/>		
Total	1.693	1.708
<hr/>		

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças, temporárias, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da solução final dos passivos contingentes sob discussão e da realização das provisões para determinados eventos. A Companhia não possui saldos relativos a prejuízos fiscais e base negativa tributária e/ou créditos tributários não ativados, como definido pelo art.1º da Instrução CVM nº 371. Em 31 de março de 2011, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 58,6 milhões (31 de dezembro de 2010: R\$ 54,1 milhões), calculados com base na taxa CDI.

a. Composição

	31.03.2011	31.12.2010
Créditos tributários sobre diferenças temporárias:		
Contingências cíveis	4.063	3.675
Contingências trabalhistas	2.224	2.426
Contingências tributárias	2.386	2.386
Provisões sobre adições temporárias:		
Credenciamento e atendimento ao estabelecimento	19.654	14.533
Participação dos empregados nos resultados	3.844	9.424
Créditos de liquidação duvidosa	6.412	5.746
Marketing	6.383	5.310
Tecnologia da informação	3.567	3.148
Parcerias bancos	6.820	7.532
Outros	9.118	6.513
Total	64.471	60.693

b. Expectativas de realização

A Companhia elaborou estudos de geração de lucros tributáveis futuros, aprovados pelos órgãos de governança da

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Administração, os quais indicam recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos em 31 de março de 2011. O cronograma de realização dos referidos impostos diferidos é estimado como segue:

Ano de realização	Imposto de renda	Contribuição social
2011	41.028	14.770
2012	1.754	632
2013	4.623	1.664
Total	47.405	17.066

c. Demonstração da realização do tributo diferido no resultado

Créditos tributários sobre diferenças temporárias

	31.03.2011	31.03.2010
Contingências cíveis	387	699
Contingências trabalhistas	(202)	(128)
Contingências tributárias	-	-
Provisões operacionais	3.593	(3.413)
Total	3.778	(2.842)

d. Movimentação do diferido

	31.12.2010	adição	realização	31.03.2011
Contingências cíveis	3.675	387		4.062
Contingências trabalhistas	2.426		(202)	2.224
Contingências tributárias	2.386			2.386
Despesas Operacionais	52.206	92.467	(88.874)	55.799
Total	60.693	92.854	(89.076)	64.471

8. Imobilizado

Redecard S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	% Taxas anuais	31.12.2010 Imobilizado líquido	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	31.03.2011 Imobilizado líquido
Equipamento captura*	33,3	224.780	63.301	-	-	(35.308)	252.773
Equipamento de Rede de processamento	20	32.994	-	-	331	(1.572)	31.753
Sistema de processamento de dados	20	7.189	-	-	-	(730)	6.459
Informática	20	3.292	828	-	-	(537)	3.583
Equipamentos diversos	10	2.877	645	-	-	(108)	3.414
Veículos	20	264	-	-	-	(15)	249
Móveis e utensílios	10	2.274	191	-	-	(88)	2.377
Instalações	10	2.162	-	-	-	(85)	2.077
Benfeitorias em imóveis	9,5	8.603	-	-	-	(564)	8.039
Imobilizado em andamento	-	2.141	5.069	-	(331)	-	6.879
Total		286.576	70.034	-	-	(39.007)	317.603

(*) "Equipamentos de captura" referem-se aos equipamentos denominados POS, POO e Pin Pad, alugados aos estabelecimentos credenciados ao Sistema Redecard, utilizados na captura das transações eletrônicas efetuadas com cartões de crédito, débito ou cartões benefício. A taxa de depreciação está baseada em relatório técnico emitido por órgão competente, o qual considerou os efeitos da obsolescência tecnológica, uso intensivo e a exposição dos equipamentos à fraude, para o cálculo e estipulação da vida útil do bem.

Redecard S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Intangível

	% Taxas anuais	31.12.2010 Intangível líquido	Aquisições	Baixas	Transfe-rências	Amortização	31.03.2011 Intangível líquido
Softwares	20	42.173	65	-	9.547	(2.827)	48.958
Intangível em andamento	-	18.940	2.526	-	(9.547)	-	11.919
Total	-	61.113	2.591	-	-	(2.827)	60.877

No 1º trimestre de 2011 a Companhia investiu em softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia. Esses investimentos foram necessários para atender as novas bandeiras integrantes do Sistema Redecard. O prazo restante de amortização desses ativos está entre 4 e 5 anos.

10. Obrigações tributárias

a. Imposto de renda e contribuição social

	31.03.2011	31.12.2010
Imposto de renda pessoa jurídica	97.676	101.217
Contribuição social sobre o lucro líquido	39.581	42.056
Total	137.257	143.273

b. Outras obrigações tributárias

	31.03.2011	31.12.2010
Pis e Cofins	14.656	18.499
Impostos sobre serviços	2.169	2.709
Impostos de terceiros retidos na fonte	6.288	11.882
Total	23.113	33.090

11. Obrigações de benefícios de aposentadoria

O Plano de Previdência Redecard foi alterado em janeiro de 2011 da modalidade Benefício Definido – BD para Contribuição Definida – CD, com adesão de 95% dos funcionários. Este plano permite que o funcionário contribua mensalmente com um percentual definido, a ser descontado de sua remuneração mensal e, adicionalmente, a empresa

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

participa com 100% da opção escolhida pelos empregados, contabilizada no resultado pelo regime de competência no grupo "despesas com pessoal". A mudança do plano de benefícios de aposentadoria não gerou impacto financeiro relevante para a companhia.

Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

No trimestre findo em 31 de março de 2011, as contribuições para esses planos totalizaram R\$ 2,7 milhões (31 de março de 2010: R\$ 1,6 milhões), sendo assim distribuído: Companhia R\$ 0,6 milhões e funcionários R\$ 2,1 milhões (em 31 de março de 2010: Companhia: R\$ 1,1 milhões e funcionários: R\$ 0,5 milhão).

12. Capital social e reservas

a. Capital social

O capital social realizado é de R\$ 568.261, integralizado e está representado por 672.970.705 ações ordinárias escriturais sem valor nominal.

Capital Social	31.12.2010	%	31.12.2009	%
Controle Acionário	284.131	50,0000002	236.776	50,0000002
Acionistas Minoritários	284.130	49,9999998	236.775	49,9999998
Total	568.261		473.551	

b. Reserva Legal

A rubrica "Reserva legal" representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada período social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social

Em 31 de março de 2011 o valor apresentado na rubrica "Reserva legal" é de R\$ 84,1 milhões (31 de dezembro de 2010:

Redecard S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011.**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

R\$ 69,9 milhões).

c. Reserva estatutária e reserva para retenção de lucros

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 18 de março de 2009, foi aprovada a constituição de Reserva de Retenção de Lucro e respectivo Orçamento de Capital proposto pela Administração da Companhia, nos termos do art. 196, da Lei nº 6.404/76 art.5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469 de 02 de maio de 2008. A referida reserva tinha por finalidade permitir a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de Abril de 2009, os acionistas aprovaram a criação de Reserva Estatutária de Lucro com a finalidade de suportar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações representativas do capital da Companhia, podendo, ainda, ser utilizada para o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio. O saldo dessa reserva, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o valor do capital social e será formada com recursos equivalentes a até 60% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 31 de março de 2011, valor apresentado na rubrica "Reserva estatutária" é de R\$ 150,9 milhões (31 de dezembro de 2010: R\$ 150,9 milhões).

d. Reserva de dividendo adicional proposto

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Companhia propôs o pagamento de dividendos no montante de R\$ 612,8 (2009: R\$ 708,1) com base no lucro apurado no exercício de 2010, referendado e aprovado em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 20 de abril de 2011.

e. Ações em tesouraria

Em consonância com as Instruções CVM nºs 10/80, 268/97 e 358/02, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 29 de abril de 2010, renovou a autorização para a Diretoria adquirir, em nome da Companhia, até 5.500.000 (cinco milhões e quinhentas mil) ações escriturais ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação, e, em especial, para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Redecard. Competirá à Administração definir a oportunidade e a quantidade a ser efetivamente adquirida, dentro dos limites autorizados e do prazo de validade desta autorização.

No trimestre findo em 31 de março de 2011 não houve movimentações das ações em tesouraria.

f. Opções de compra de ações

Redecard S.A. **Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2007, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de compra de ações, nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações ("Plano"), o qual estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de Ações de emissão da Companhia a seus diretores, estatutários ou não. O referido Plano foi alterado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de outubro de 2008 e pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 15 de abril de 2010.

O Plano tem por objetivo permitir que o Diretor Presidente, os Diretores Estatutários e os Diretores não estatutários da Companhia adquiram ações da Companhia, com vistas a: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (b) alinhar os interesses dos diretores aos dos acionistas da Companhia; e (c) possibilitar à Companhia manter os seus diretores a ela vinculados a médio e longo prazo.

O Plano vigorará por prazo indeterminado e os acionistas da Companhia, nos termos do artigo 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência na outorga ou no exercício da opção de compra de Ações.

O valor justo das opções concedidas, calculado considerando o modelo de precificação das opções, é baseado na aplicação da metodologia *Black & Scholes* e tomando-se como base os preços das ações da Companhia. O ajuste do valor justo é reconhecido como despesa no período em que o direito é adquirido, ou seja, no período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos são atendidas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições, e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2008, foi aprovada a outorga de opção de compra de 503.384 ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço de R\$ 20,25 (vinte reais e vinte e cinco centavos), equivalente a 75% do preço de emissão das Ações Ordinárias fixado pelo Conselho de Administração, em reunião de 11 de julho de 2007, com base no resultado do procedimento de *bookbuilding* realizado por ocasião da abertura de capital da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de março de 2009, foi aprovada a outorga de opção de compra de 1.025.715 ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço de R\$ 25,82 (vinte e cinco reais e oitenta e dois centavos) por ação, fixado com base no valor médio do preço da ação nos trinta últimos pregões anteriores à data da outorga.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de maio de 2010, foi aprovada a outorga de opção de compra de 241.163 ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço de R\$ 23,55 (vinte e três reais e cinquenta e cinco centavos) por ação, fixado de acordo com o disposto na cláusula 6.1 do Plano.

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2010, foi aprovada a outorga de opção de compra de 21.660 ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço de R\$ 23,55 (vinte e três reais e cinquenta e cinco centavos) por ação, fixado de acordo com o disposto na cláusula 6.1 do Plano.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de março de 2011, foi aprovada a outorga de opção de compra de 786.368 ações ordinárias de emissão da Companhia, pelo preço de R\$ 18,01 (dezoito reais e um centavo) por ação, fixado de acordo com o disposto na cláusula 6.1 do Plano.

Para essas opções o valor justo médio ponderado foi determinado com base no método *Black & Scholes*, considerando o preço médio ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada no preço das Ações da Companhia, o prazo de vida das opções, os dividendos esperados e a taxa de juros utilizada.

Data de outorga	Quantidade de ações Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Saldo	Preço de exercício por ação (R\$)
11/02/2008	503.384	(106.880)	(311.606)	84.898	20,25
11/03/2009	1.025.715	(157.306)	(414.526)	453.883	25,82
17/05/2010	241.163			241.163	23,55
25/11/2010	21.660			21.660	23,55
09/03/2011	786.368			786.368	18,01
Total	2.578.290	(264.186)	(726.132)	1.587.972	

13. Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41, Deliberação da CVM 636 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e o diluído.

	31.03.2011	31.03.2010
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	281.266	352.579
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	672.760	672.656
Lucro por ação – básico e diluído (em R\$)	0,4181	0,5242

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Informações por segmento de negócios

A Administração determinou um único segmento operacional para os negócios da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela diretoria executiva.

A receita gerada pelo segmento operacional reportado é oriunda da captura e processamento das transações com cartão de crédito e cartão de débito, aluguel dos equipamentos de captura, de outros serviços prestados para as empresas parceiras mediante captura e roteamento de transações realizadas com cartões de benefícios (*voucher*) e cartões *private label* e das receitas financeiras líquidas apuradas com pré-pagamentos efetuados aos estabelecimentos das transações com cartões de crédito. As informações do segmento de negócio, revisada pela diretoria-executiva e correspondentes ao período findo em 31 de março de 2011 e 2010, são as seguintes:

	31.03.2011	31.03.2010
Receita operacional líquida	616.234	618.742
Crédito	317.120	306.033
Débito	105.852	92.264
Aluguel de equipamentos	155.051	191.251
Outros	38.211	29.194
Custo dos serviços prestados	(197.756)	(137.702)
Custo dos serviços prestados	(158.241)	(106.516)
Depreciação e amortização	(39.515)	(31.186)
Margem de contribuição	418.478	481.040
Resultado financeiro	145.599	151.750
Resultado antes das despesas e receitas operacionais	272.879	329.290

15. Custos dos serviços prestados

	31.03.2011	31.03.2010
Custos dos serviços prestados:		
Captura e processamento	60.903	46.653
Credenciamento e atendimento ao cliente	97.338	59.863
Encargos de depreciação e amortização	39.515	31.186
Total	197.756	137.702

16. Despesas operacionais

a. Pessoal

	31.03.2011	31.03.2010
	44.767	28.902
Salários e benefícios		
Encargos Sociais	19.291	12.077
Outros	1.219	2.365

Redecard S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.03.2011	31.03.2010
Total	65.277	43.344

Número de empregados	1.431	951
----------------------	-------	-----

b. Administrativas

	31.03.2011	31.03.2010
Prédios	5.723	4.363
Serviços contratados	11.192	7.797
Manutenção de TI	8.290	6.264
Processamento de dados	6.759	4.537
Telefonia corporativa	2.326	2.573
Viagens e representações	1.972	1.235
Outras	5.281	4.979
Total	41.543	31.748

c. Outras despesas operacionais

	31.03.2011	31.03.2010
Parcerias com bancos domiciliadores	4.301	-
Incentivos fiscais – Lei Rounet, FUMCAD e Desportivo	3.769	3.592
Depreciação e amortização	2.318	1.995
Reversão de provisões	-	(3.285)
Outras	(1.114)	1.540
Total	9.274	3.842

17. Receita e despesas financeiras

	31.03.2011	31.03.2010
Receitas financeiras na antecipação de recebíveis	244.694	199.595
Despesas financeiras	(83.759)	(51.526)
Ajuste a valor presente	(15.254)	-
Outras(despesas) receitas financeiras	(82)	3.681

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.03.2011	31.03.2010
Resultado financeiro	145.599	151.750

18. Despesa de imposto de renda e contribuição social

	31.03.2011	31.03.2010
Lucro antes do IR e CSLL	423.476	532.056
IR e CSLL à alíquota nominal de 34%	143.982	180.899
Despesas não dedutíveis	1.120	929
Patrocínios Culturais da Lei Rouanet e Doações ao Estatuto da Criança e do Adolescente	(2.488)	(2.169)
Incentivo Fiscal por Inovação Tecnológica	(322)	(160)
Outros Incentivos	(82)	(22)
Total	142.210	179.477
Alíquota efetiva do IR e CSLL	33,58%	33,73%

19. Contingências

a. Ativo contingente

A Companhia não possui ativo contingente.

b. Passivos contingentes

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

As provisões, segundo julgamento da Administração da Companhia e com base na opinião de seus consultores legais, foram constituídas em montantes considerados adequados à cobertura de eventuais perdas, sendo reavaliadas periodicamente.

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os “depósitos judiciais em garantia” vinculados aos processos cíveis, trabalhistas e tributários, estão demonstrados no “Ativo não circulante”, no grupo “Realizável a longo prazo” no montante de R\$ 14.222 (31 de dezembro de 2010: R\$14.292).

c. Composição dos passivos contingentes provisionados

	31.03.2011	31.12.2010
Contingências cíveis	11.949	10.810
Contingências trabalhistas	6.542	7.136
Contingências tributárias	7.016	7.016
Total	25.507	24.962

Os montantes acima mencionados foram calculados considerando os pedidos efetuados pelos autores em cada uma das ações ou pelo montante dos tributos não recolhidos pela Companhia sob garantia de medidas judiciais concedidas para a Companhia, todos atualizados monetariamente e computados os juros quando devidos.

d. Movimentação das provisões

	31.12.2010	adições	baixas	31.03.2011
Contingências cíveis	10.810	1.139		11.949
Contingências trabalhistas	7.136		(594)	6.542
Contingências tributárias	7.016			7.016
Total	24.962	1.139	(594)	25.507

e. Provisões tributárias

1. Suspensão da exigência da contribuição para o PIS e para a COFINS, calculada no método “não-cumulativo” às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente. A Companhia passou a efetuar depósito judicial dos valores apurados mensalmente. O valor acumulado dos depósitos judiciais e respectiva provisão em 31 de março de 2011 é de R\$ 6,4 milhões (31 de dezembro de 2010: R\$ 6,4 milhões).

Redecard S.A. **Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Execução fiscal referente a débito sobre o "PIS Repique" de 1999, por montante declarado em Declaração de débitos e créditos tributários federais (DCTF) e não tendo sido localizado o respectivo recolhimento. O valor provisionado em 31 de março de 2011 é de aproximadamente R\$ 0,6 milhão (31 de dezembro de 2010: R\$ 0,6 milhão).

f. Passivo contingente – perdas possíveis

1. Por meio de auto de infração lavrado em 11/07/2008, a Receita Federal constituiu crédito tributário de PIS e COFINS acrescidos de multa de ofício e juros de mora no valor total de R\$ 372,0 milhões, sob o argumento de que a Companhia não teria efetuado o recolhimento desses tributos sobre as receitas relativas ao recebimento antecipado de vendas no período de 31/08/2004 a 31/05/2008. Em 31 de março de 2011 o valor total é de R\$ 490,4 milhões (31 de dezembro de 2010: R\$ 477,9 milhões). Por tratar-se de um desconto obtido mediante pagamento antecipado de uma dívida da Companhia em favor do estabelecimento contratante, a Companhia entende que a receita decorrente desse desconto deve ser classificada como receita financeira e, como tal, está sujeita no período objeto da autuação à alíquota de 0% tanto para o PIS como para a COFINS. O Fisco, por outro lado, nega a natureza jurídica de receita financeira destes descontos, classificando-os como receita decorrente de prestação de serviços e, em consequência, exigindo a tributação correspondente. Em 30 de dezembro de 2008, a Companhia tomou ciência da decisão de primeira instância administrativa que manteve integralmente o lançamento tributário, sendo que a Companhia interpôs o competente recurso voluntário contra a referida decisão. O processo tramita atualmente no Segundo Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda. A Administração da Companhia entende não ser necessária nenhuma provisão em razão das opiniões dos seus consultores jurídicos e tributários, tendo em vista que as perspectivas de êxito são consideradas como possíveis.

2. Por meio de auto de infração lavrado em 06 de maio de 1999, a Secretaria de Finanças do Município do Rio de Janeiro constituiu crédito tributário no valor total de R\$ 1,2 milhão, sob o argumento de que a Companhia teria recolhido, intempestivamente, o imposto sobre serviços de (ISSQN) relativo à competência de dezembro de 1997 e de que não teriam emitido notas fiscais de serviços correspondentes ao período de novembro de 1996 a novembro de 1997. Em 2 de junho de 1999 a Redecard apresentou impugnação ao auto de infração, julgada improcedente em 5 de fevereiro de 2010, pela Coordenadoria de Revisão e Julgamento Tributários daquele município. Em 3 de agosto de 2010 a Redecard apresentou recurso ao Conselho de Contribuintes do Município do Rio de Janeiro, requerendo o cancelamento do auto de infração, por entender (i) improcedente a aplicação de multa pela não emissão de nota fiscal tendo em vista a caracterização de denúncia espontânea, em razão da apresentação de pedido de regime especial em agosto de 1997 e (ii) equivocada a base de cálculo utilizada pelo fisco municipal para cálculo da multa. Em 31 de março de 2011 o valor total é de R\$ 6,9 milhões (31 de dezembro de 2010: R\$ 6,7 milhões). A Administração da Companhia entende não ser necessária nenhuma provisão em razão das opiniões dos seus consultores jurídicos e tributários, tendo em vista as possíveis perspectivas de êxito.

3. Por meio de notificação de lançamento lavrada em 8 de abril de 2010, a Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Salvador, Bahia, constituiu crédito tributário no valor total de R\$ 2,9 milhões, por suposta infração da Companhia em razão da não tributação do ISSQN incidente sobre as receitas financeiras decorrente das antecipações de vendas. A Companhia entende que a receita decorrente desse desconto deve ser classificada como receita financeira e, como tal, não está sujeita à incidência de ISSQN. Em dezembro de 2010 a Companhia tomou ciência do teor da referida notificação de lançamento e apresentou a devida impugnação. Em 31 de março de 2011 o valor total é de R\$ 8,7 milhões (31 de dezembro de 2010: R\$ 8,5 milhões). A Administração da Companhia entende não ser necessária nenhuma provisão em razão das opiniões dos seus consultores jurídicos e tributários, tendo em vista as possíveis perspectivas de êxito.

Redecard S.A. **Notas Explicativas**

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Por meio de auto de infração eletrônico de 09 de abril de 2007, a receita federal constituiu crédito tributário no valor de R\$ 0,6 milhão por suposta insuficiência de acréscimos legais decorrentes de pagamento de tributo após o vencimento. A Companhia impugnou o auto de infração em 27 de abril de 2007, não conhecido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento, conforme decisão de 25 de fevereiro de 2010, que entendeu que o mérito da questão já estaria sendo discutida em sede de mandado de segurança. A Companhia impetrou mandado de segurança em maio de 2006, em decorrência do recebimento, em 28 de março de 2006, de Termo de Notificação Eletrônica. Impossibilitada de impugnar o referido termo, a segurança teve por objetivo impedir a inscrição em dívida ativa e a cobrança por intermédio de execução fiscal. A Companhia, por entender não haver concomitância entre o mandado de segurança e o auto de infração, interpos recurso em abril de 2010 perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, ainda não julgado. Em 31 de março de 2011 o valor total é de R\$ 1,3 milhões (31 de dezembro de 2010: R\$ 1,2 milhões). A Administração da Companhia entende não ser necessária qualquer provisão em razão das opiniões dos seus consultores jurídicos e tributários, tendo em vista as possíveis perspectivas de êxito.

g. Ações de Órgãos Governamentais

Em maio de 2009 a ABRANET – Associação Brasileira dos Provedores de Acesso Serviços e Informações da Rede de Internet ofertou representação perante a Secretaria de Direito Econômico – SDE, acusando a Companhia pela inclusão de cláusulas e condições comerciais alegadamente injustificáveis e anticoncorrenciais, constantes de minuta do novo contrato de credenciamento, proposto pela Redecard às empresas denominadas intermediadoras. A Secretaria de Direito Econômico, com base na representação, instaurou processo administrativo para apurar denúncias de supostas infrações à ordem econômica e aplicou Medida Preventiva contra a Redecard, em julho de 2009, no sentido de impedir a adoção de determinadas cláusulas contratuais. A Redecard apresentou sua defesa em agosto de 2009, refutando as alegações da ABRANET. Posteriormente, a SDE iniciou a fase instrutória do processo e passou a realizar diversas diligências nesse sentido. Em 05 de janeiro de 2010, foi juntada a petição da Redecard requerendo a expedição de ofícios para a MasterCard e os intermediadores, com a finalidade de comprovar o quanto alegado em sede de defesa. Em 02 de fevereiro de 2010 os autos foram remetidos para a Secretaria de Acompanhamento Econômico, para análise e eventual manifestação sobre o feito, não havendo resposta até o presente momento. O processo continua em trâmite na SDE. A Administração da Companhia entende não ser necessária qualquer provisão em razão das opiniões dos seus consultores jurídicos, tendo em vista as perspectivas de êxito consideradas como possíveis. Caso a Companhia seja condenada pelo CADE, estará sujeita à imposição de multa, prevista no art. 23, inciso I da Lei 8.884/94.

20. Compromissos

A Companhia tem compromissos firmados através de contratos de locação de imóveis. Esses contratos tem vigência até 2014 e, para o exercício de 2011, o valor é de R\$ 9,9 milhões. Para os anos subsequentes esse valor deverá ser reajustado de acordo com índice acordado em contrato. No trimestre encerrado em 31 de março de 2011 o valor referente a despesas com aluguéis é de 2,7 milhões.

A Companhia não possui compromissos firmados para aquisição de equipamentos de captura e processamento de dados. Os investimentos de capital previstos para os exercícios subsequentes estão de acordo com o plano orçamentário da Companhia.

21. Transações com partes relacionadas

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações entre partes relacionadas referem-se a:

	31.03.2011	31.12.2010
<hr/>		
Contas a receber de bancos emissores		
Itaucard	8.195.792	9.181.603
	31.03.2011	31.03.2010
<hr/>		
Outras receitas		
Itaú Unibanco	8.967	6.497
Custos dos serviços prestados		
Orbitall	19.759	13.955
Itaú Unibanco	165	190
Despesas financeiras		
Itaucard	26.874	29.451

Descrição dos contratos

i) Contas a receber de bancos emissores

Os valores referem-se aos montantes devidos pelos bancos emissores à Companhia, decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito das bandeiras mencionadas, os quais serão posteriormente repassados pela Companhia aos estabelecimentos credenciados.

As condições de contratação com os emissores são estabelecidas como decorrência dos regulamentos e manuais emitidos pela referida bandeira. Dessa forma, essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito autorizadas pelas bandeiras.

ii) Outras receitas

Trava de domicílio bancário

Redecard S.A.
Notas Explicativas**Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011.**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São decorrentes de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário, firmados com o Itaú Unibanco, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com tal Banco.

Prestação de Serviço para demais empresas do conglomerado Itaú Unibanco.

São contratos de prestação de serviços de captura, transporte, roteamento e transmissão de dados de transações realizadas pelos portadores de cartões nos estabelecimentos credenciados ao Sistema Redecard.

Electronic referral

Contrato de prestação de serviço com o Itaú Unibanco com o objetivo de proporcionar mais segurança nas transações com cartões de Crédito e Débito , cujas características, especificações e condições de utilização e aceitação são regras determinadas pela Redecard e aceitas pelo estabelecimento e pelo Banco.

iii) Custos dos serviços prestados

Processamento de dados

A Orbitall Serviços e Processamento de Informações Comerciais S.A. é uma sociedade controlada pela Itaú Unibanco Holding S.A. e presta serviços para a Companhia de: (i) processamento de dados Mainframe, Risc, Intel e Plataforma Web, (ii) gerenciamento, operação e realização da manutenção periódica – preventiva e corretiva; administração e realização da comunicação entre estes ambientes e destes com ambientes de terceiros.

Credenciamento

Contrato de prestação de serviços com o Itaú Unibanco para prestação de serviço de credenciamento.

iv) Despesas Financeiras

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011. Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custos financeiros decorrentes das antecipações de recebíveis da Redecard junto ao Banco Itaucard S.A.

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Redecard firmado com o Itaú Unibanco, pelo qual o Itaú Unibanco prestará serviços de ações escriturais e de agente emissor de certificados de ações da Companhia.

v) Programa de estímulo a ativação de estabelecimentos ao sistema Redecard

A Redecard apropria mensalmente ao resultado valores com o objetivo de promover, junto à base de estabelecimentos dos bancos credenciadores, ações de ativação de estabelecimentos ao Sistema Redecard. Esses valores são apurados com base no faturamento das transações de crédito e de débito dos novos estabelecimentos credenciados, por período determinado. Durante o primeiro trimestre de 2011, a Redecard provisionou o valor de R\$ 2,5 milhões (31 de março de 2010 – R\$ 1,3 milhões), para efetuar campanhas junto a base de estabelecimentos domiciliados pelo Banco Itaú Unibanco.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Remuneração dos diretores e do Conselho de Administração: os diretores são os representantes legais da Companhia, responsáveis, principalmente, pela sua Administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração. São todos brasileiros e residentes no Brasil. Os diretores são eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição, podendo, a qualquer tempo, ser destituídos pelo Conselho de Administração. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria deve ser composta por, no mínimo três e, no máximo, 10 membros. Em 31 de março de 2011, a diretoria da Companhia é formada por 10 membros, sendo um Diretor Presidente. O Conselho de Administração é composto de no mínimo 5 e no máximo 10 membros. Em 31 de março de 2011 o Conselho de Administração da Redecard é formada por 8 membros, dos quais 4 são Conselheiros Independentes. A remuneração atribuída aos administradores foi a seguinte:

	31.03.2011	31.03.2010
Remuneração		
Conselho de Administração	328	544
Administradores	1.739	1.539
Participações no lucro		
Administradores	2.812	1.884
Contribuições ao plano de aposentadoria		

Redecard S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Administradores	117	88
Remuneração baseada em ações – administradores	479	87

24. Informações complementares

a. Seguros contratados

A Companhia, a despeito de apresentar reduzido grau de risco de sinistro, tem como política contratar cobertura de seguros para os seus ativos. As apólices de seguros contratadas com a Chartis Seguros, através de Colemont Brasil Insurance & Reinsurance Brokers, na qualidade de corretora de seguros da Companhia, tem vigência de abril de 2010 a abril de 2011, com o custo anual dos prêmios de R\$ 0,3 milhão, e estão divididos em:

Ramo	Bens Segurados	R\$ Milhões	
		Valores em risco	Valores cobertos
RD Patrimonial	Prédios, móveis, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos da Companhia, descritos na apólice.	31,9	31,9
Equipamentos "POS"	Equipamentos alocados na rede de estabelecimentos credenciados Redecard contra os riscos de incêndio, queda de raio, roubo e/ou furto qualificado etc.	(*)	0,5
Compreensivo Empresarial	Equipamentos POS e POO e material de sinalização e marketing armazenados em		

Redecard S.A

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações do trimestre findo em 31 de março de 2011.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	local de terceiros.	20,0	20,0
Responsabilidade Civil	RC Operações – Estabelecimentos comerciais e/ou industriais; RC Empregador; RC Riscos Contingentes – Veículos terrestres motorizados	2,0	2,0

(*) O valor total desses equipamentos corresponde a aproximadamente R\$ 350,0 milhões, de acordo com o custo de reposição. Esses equipamentos encontram-se instalados em mais de 1 milhão de estabelecimentos credenciados ao Sistema Redecard, em todo o território nacional. Para efeito de definição do “valor em risco”, são analisadas, entre outras variáveis, a probabilidade de ocorrência simultânea de sinistros em toda a base de estabelecimentos.

b. Pesquisa e desenvolvimento

A Companhia ao longo dos anos vem apoiando atividades de pesquisa e desenvolvimento, diretamente relacionadas a lei de Inovação Tecnológica, nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, buscando o desenvolvimento de produtos e processos inovadores que impliquem em melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade e produtividade.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Posição acionária em 31 de março de 2011.

Acionista	POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO							
	Posição em 31/03/2010				Posição em 31/03/2011			
	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (em unidades)	%	Quantidade de Ações Ordinárias (em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (em unidades)	%
Controlador	336.485.354	50,00%	336.485.354	50,00%	336.485.353	50,00%	336.485.353	50,00%
Administradores	130.007	0,02%	130.007	0,02%	4.108	0,00%	4.108	0,00%
Conselho de Administração	130.007	0,02%	130.007	0,02%	8	0,00%	8	0,00%
Diretores Estatutários	-	0,00%	-	0,00%	4.100	0,00%	4.100	0,00%
Ações em Tesouraria	269.772	0,04%	269.772	0,04%	210.448	0,03%	210.448	0,03%
Outros Acionistas	336.085.572	49,94%	336.085.572	49,94%	336.270.796	49,97%	336.270.796	49,97%
Total	672.970.705	100,00%	672.970.705	100,00%	672.970.705	100,00%	672.970.705	100,00%
Ações em Circulação	336.085.572	49,94%	336.085.572	49,94%	336.270.796	49,97%	336.270.796	49,97%

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Posição em 31/03/2011				
Companhia : Redecard S.A				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
BANESTADO PART ADM SERV LTDA	156.201.298	23,21%	156.201.297	23,21%
DIBENS LEAS S ARR MERCANTIL	127.820.698	18,99%	127.820.698	18,99%
UNIBANCO PARTICIPACOES SOCIETARIAS SA	28.380.249	4,22%	28.380.249	4,22%
ITAÚ UNIBANCO S.A.	24.083.110	3,58%	24.082.760	3,58%
LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC (*)	67.631.010	10,05%	67.631.010	10,00%
OUTROS	268.854.340	39,95%	268.854.340	39,95%
Total	672.970.705	100,00%	672.970.705	99,95%

(*) LAZARD ASSET MANAGEMENT LLC é uma empresa sediada nos Estados Unidos

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Posição em 31/03/2011				
Denominação : BANESTADO PART ADM SERV LTDA				
Acionista/Cotista	Ações Ords/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
BANCO ITAULEASING S.A.	4.768.379.543	62,22%	4.768.379.543	62,22%
BANCO ITAUCARD S.A.	2.888.366.113	37,69%	2.888.366.113	37,69%
OUTROS	6.403.099	0,08%	6.403.099	0,08%
TOTAL	7.663.148.755	100%	7.663.148.755	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Posição em 31/03/2011				
Denominação : Dibens Leasing S.A - Arrendamento Mercantil				
Acionista/Cotista	Ações Ords/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
ITAÚ UNIBANCO S.A.	1.499.278.387	99,99%	1.499.278.387	99,99%
OUTROS	4	0,01%	4	0,01%
TOTAL	1.499.278.391	100,00%	1.499.278.391	100,00%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Posição em 31/03/2011						
Denominação : Unibanco Participações Societárias S.A						
Acionista/Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL	8.883.378	99,99%	6.218.362	30,00%	15.101.740	51,00%
OUTROS	7	0,01%	14.509.516	70,00%	14.509.523	49,00%
TOTAL	8.883.385	100,00%	20.727.878	100,00%	29.611.263	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Posição em 31/03/2011						
Denominação : ITAU UNIBANCO S/A						
Acionista/Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. (*)	2.081.169.523	100,00%	2.014.258.290	100,00%	4.095.427.813	100,00%
TOTAL	2.081.169.523	100,00%	2.014.258.290	100,00%	4.095.427.813	100,00%

(*) Companhia Aberta com ações negociadas em bolsa

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Posição em 31/03/2011						
Denominação : BANCO ITAULEASING S.A.						
Acionista/Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ITAÚ UNIBANCO S.A.	20.466.882	77,38%	15.582.774	77,29%	36.049.656	77,34%
BANCO ITAUCARD S.A.	5.982.752	22,62%	4.577.849	22,71%	10.560.601	22,66%
TOTAL	26.449.634	100,00%	20.160.623	100,00%	46.610.257	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Posição em 31/03/2011						
Denominação : BANCO ITAUCARD S.A.						
Acionista/Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ITAÚ UNIBANCO S.A.	228.434.703.054	96,06%	-	0,00%	228.434.703.054	95,54%
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.	3.592.433.657	1,51%	1.277.933.118	100,00%	4.870.366.775	2,04%
OUTROS	5.787.506.454	2,43%	-	0,00%	5.787.506.454	2,42%
TOTAL	237.814.643.165	100,00%	1.277.933.118	100,00%	239.092.576.283	100,00%

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativos ao 1º trimestre de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes relativo às informações do 1º trimestre de 2011.